

# Verdadeira municipalização da saúde

## CORREIO BRAZILIENSE

**Mário da Costa Cardoso Filho**

Muitos municípios brasileiros ainda não se deram conta da responsabilidade — e do poder de transformação social — que têm na área de política de saúde. O Sistema Único de Saúde, criado para descentralizar as decisões nesse segmento, transferindo do Governo Federal para os municípios algumas de suas responsabilidades, entre elas administração e aplicação de recursos, pela primeira vez permitirá à comunidade, por

sua própria vontade, melhorar substancialmente o atendimento médico-hospitalar na sua cidade, opinando e interferindo nas ações do setor. O grande desafio hoje, no entanto, é fazer com que o SUS seja um verdadeiro projeto de municipalização, e não de “prefeiturização” da saúde com instrumentalização política do sistema para fins eleitoreiros.

Atingir a municipalização adequada e eficaz exige de governos municipais uma tarefa de extrema importância. Está sob a responsabilidade do prefeito a formação dos conselhos municipais de saúde. Peça fundamental para a implantação do Sistema

Unico de Saúde, o conselho tem por competência planejar e executar todas as ações de saúde no município. Isso só se dará se a composição dos conselhos obedecer aos princípios de representatividade tripartite. Ou seja, reunir equitativamente representantes da população, mediante suas organizações, prestadores de serviço e representantes do poder público.

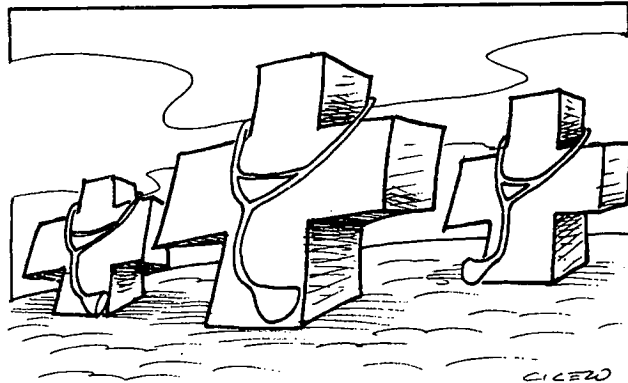
Pesa sobre o prefeito a escolha de pessoas de competência reconhecida perante a comunidade para com-

de civil no processo é imprescindível — e um dever daquele que detém o poder.

Feito isso, resta pensar grande. Pensar e planejar além do ano 2000, e querer que as próximas gerações não convivam com fantasmas que atormentam nossas populações, como fraudes, filas em pronto-socorros, falta de leitos, hospitais sucateados, doenças medievais e tantos outros que rondam os lares brasileiros. A oportunidade de participar, sugerindo soluções para tais problemas, nunca esteve tão perto do cidadão quanto propõe o espírito do SUS.

A falência do Inamps como consequência da implementação do SUS, era fato previsto pela maioria dos profissionais de saúde. A concentração e a centralização de poderes nesse setor, a experiência bem demonstrou, é incompatível com um país de diferenças geográficas, culturais e econômicas tão grandes e os governantes tendem a enxergar cargos técnicos como produto de barganha política. O que se espera com a municipalização é que cada cidadão se torne um fiscal, não permitindo ingerências, fraudes, desmandos e politicagem com assunto tão sério como a saúde.

■ **Mário da Costa Cardoso Filho** é presidente da Associação Médica Brasileira



por esse grupo. Cabe tão-somente a ele, numa demonstração de rigor e de vontade política em ampliar a participação social na administração, constituir o conselho e acatar suas sugestões, acreditando ser essa a alternativa mais democrática e capaz de traduzir os anseios da população. Respeitar a participação da sociedade